

MERCADOS

Bovespa atinge novo recorde, a 137 mil pontos, com Galípolo

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A confirmação de que Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco Central, substituirá Roberto Campos Neto na presidência da autarquia em 2025 deu impulso a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) do meio para o fim da tarde. Até então, o Índice Bovespa (Ibovespa) orbitava a estabilidade na sessão, indeciso entre ganho e perda, e a definição levou os investidores a compras no B3, conduzindo o Ibovespa a novos recordes no intradía como no fechamento, agora na casa de 137 mil pontos.

No novo pico intradía, o Ibovespa foi ontem aos 137.469,26 pontos, e encerrou em alta de 0,42%, aos 137.343,96 pontos, saindo de mínima a 135.746,40 e de abertura aos 136.775,91 pontos. Pela terceira sessão consecutiva, o Ibovespa testou o nível dos 137 mil, visto pela primeira vez durante o pregão do último dia 21. O giro financeiro foi a R\$ 19,8 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa avança 1,28% e no mês, 7,59%. No ano, o ganho é de 2,35%.

Ponto positivo do dia desde mais cedo, Petrobras ON avançou ontem 2,27% e a PN, 1,43%, o que compensou a realização parcial em Vale (ON -0,72%), que ontem havia subi-

do 3% com a definição do nome do futuro CEO da mineradora. Além de Petrobras, as ações dos grandes bancos também ganharam impulso na sessão com Galípolo para o comando do BC - destaque para Itaú (PN +2,16%) e Bradesco (ON +1,29%, PN +1,62%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Petrobras ON e de Itaú, destaque também para Marfrig (+2,60%), Cemig (+2,30%) e Embraer (+1,93%). No lado oposto, São Martinho (-4,06%), Lojas Renner (-3,76%) e Usiminas (-3,41%).

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta firme e voltou a superar a barreira técnica e psicológica de R\$ 5,55, impulsionado pela valorização global da moeda norte-americana, em especial na comparação com divisas latino-americanas, e pelo sentimento de aversão ao risco no exterior.

O dólar à visita não apenas se manteve em alta firme como tocou pontualmente o nível de R\$ 5,56.

Com máxima a R\$ 5,5645 na última hora de negócios, a moeda terminou a sessão cotada a R\$ 5,5555, avanço de 0,96% - o que levou os ganhos na semana para 1,39%. A desvalorização acumulada em agosto, que chegou a superar 3%, caiu para 1,76%.

LUGAR DE CAMPOS NETO

Gabriel Galípolo é indicado por Lula para presidir o BC

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O economista Gabriel Galípolo é o indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Banco Central. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto.

"O presidente da República me incumbiu de fazer um comunicado aqui, de que hoje ele está encaminhando ao Senado Federal, ao presidente (Rodrigo

Pacheco e ao senador Vanderlan, presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), o indicado dele para a presidência do Banco Central, que vem a ser o Gabriel Galípolo, que hoje ocupa a diretoria de Política Monetária do banco", revelou o ministro.

Para assumir o cargo, Galípolo ainda precisará ter o nome aprovado pelo Senado Federal, que realizará uma sabatina com o indicado, para um mandato de quatro anos à frente do BC, de

2025 a 2028. Se aprovado, ele substituirá Roberto Campos Neto, cujo mandato se encerra no dia 31 de dezembro.

"Na mesma magnitude, é uma honra, um prazer e uma responsabilidade imensa ser indicado à presidência do Banco Central do Brasil pelo ministro Fernando Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva", disse Galípolo ao lado de Haddad após o anúncio da indicação. Ele se recusou a responder perguntas em "respeito ao pro-

cesso e à institucionalidade".

Ex-secretário de Economia e de Transportes do governo de São Paulo, Galípolo trabalhou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Centro Brasileiro de Relações Internacionais e no Banco Fator, instituição que ele fundou. Em 2023, assumiu o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até ser indicado e aprovado para a diretoria de Política Monetária do BC, que ele ocupa desde julho do ano passado.

Rodrigo Pacheco deve marcar sabatina de Galípolo para semana do dia 9

SOFIA AGUIAR/AE

A assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), sob a chefia de Alexandre Padilha, confirmou que a data da sabatina no Senado de Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Banco Central, deve ocorrer na semana do dia 9 de setembro. Segundo a assessoria, houve uma sinalização do presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que a votação seja realizada na semana.

De acordo com a SRI, a cúpula do governo conversou na terça-feira, passada, com Pacheco e o senador sinalizou que irá marcar a sabatina no novo período de esforço concentrado do Congresso, prevista para a segunda semana de setembro. Ao que tudo indica, segundo a assessoria de imprensa, a votação sobre a indi-

cação de Galípolo deve ser na mesma semana.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (GO), sugeriu a interlocutores do governo com quem conversou nos últimos dias que a sabatina do indicado à presidência do Banco Central seja realizada no dia 10 de setembro.

A proposta foi feita para que Galípolo possa se dedicar, no fim desta semana e ao longo da

próxima, ao que se chama de "beija-mão" - reuniões com os parlamentares para pedir voto e apresentar suas credenciais.

Cabe a Vanderlan Cardoso, enquanto presidente da CAE, marcar a sabatina de Galípolo na comissão. Somente depois desta etapa é que a indicação pode ser votada no plenário do Senado. Apesar dessa sugestão ao governo, ainda não há uma definição sobre a data para a sessão da CAE.

TAXA DE JUROS

Marinho cobra que BC fale em controlar inflação por oferta

GIORDANNA NEVES/AE

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, cobrou ontem, que o Banco Central passe a falar de controle de inflação por meio da ampliação da oferta, e não por restrição de demanda. Segundo ele, é uma "aberração econômica" tentar controlar a inflação apenas pelo aumento de juros.

"Eu quero lembrar que falar em aumento de juros no Brasil seria uma grande irresponsabilidade, já falei isso outros meses e

quero reforçar com mais ênfase neste mês, considerando os indicadores e as sinalizações que a comunidade internacional vem mostrando em relação a esses indicadores", disse Marinho, em coletiva após divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes a julho. Ele voltou a dizer que não se deve controlar a inflação só por meio da restrição de crédito e aumento de juros. A alta na Selic, de acordo com ele, inibe os investimentos.

PIS/COFINS

Supremo suspende julgamento sobre ISS

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento que discute se o ISS, de competência municipal, integra a base de cálculo do PIS/Cofins. O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, disse que uma nova data será marcada "oportunamente".

A disputa tem risco fiscal estimado em R\$ 35,4 bilhões para a União. O processo é um dos "filhotes" da chamada "tese do século", na qual a Corte excluiu, em 2017, ICMS da base dos tributos federais.

Na sessão de ontem, foram proferidos três votos. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram a favor da Fazenda, e o ministro André Mendonça se alinhou à tese dos contribuintes.

Mas a tendência, até o momento, é favorável às empresas. Isso porque, se forem contabilizados os votos proferidos no plenário virtual e os votos proferidos na sessão de hoje, o placar que vem se desenhando é de 6 a 5 para excluir o ISS da base de cálculo dos tributos federais. Contudo, parte dos ministros ainda vai se manifestar e pode alterar os posicionamentos.

FAZENDA

Governo pretende propor taxaço das big techs neste semestre

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Ainda neste semestre, o governo pretende enviar ao Congresso uma proposta para a taxaço das big techs (grandes empresas de tecnologia), disse ontem o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Ele esclareceu que o texto tramitará de forma separada do projeto de lei do Orçamento de 2025, que será enviado amanhã ao Legislativo.

"Não consta na lei orçamentária a taxaço de grandes empresas de tecnologia, mas há maturidade desse processo no mundo que a gente precisa tra-

zer para o Brasil. Não será no PLOA (projeto da lei orçamentária anual), mas dentro do segundo semestre vamos tratar desse tema da taxaço das big techs", disse Durigan em entrevista coletiva para detalhar o plano de revisão de gastos do governo.

O secretário não esclareceu como seria feita a taxaço. Apenas disse que o tema representa um dos pilares de recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que sugere medidas econômicas e sociais a países.

Segundo as primeiras estimativas da equipe econômica, a taxa-

ção das big techs deve render cerca de R\$ 5 bilhões anuais ao governo federal. Uma das opções seria o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o mesmo tributo cobrado dos combustíveis, mas Durigan não respondeu à pergunta sobre essa possibilidade. Caso o governo opte por esse tributo, os governos locais seriam beneficiados, porque 29% da arrecadação da Cide são partilhados com estados e municípios.

REFORMA DA RENDA

Em relação a medidas estruturais para reduzir os gastos públi-

cos, o secretário executivo disse que a equipe econômica trabalha para avançar nos debates sobre a reforma do Imposto de Renda e da vinculação de receitas e despesas. Durigan, no entanto, não anunciou uma data precisa para o envio dessas propostas.

"Não somos nós que vamos dizer o tempo exato, mas estamos trabalhando para dar todas as condições ao governo para que, assim seja possível, debate de vinculação de renda, reforma da renda, para que isso esteja pronto, avaliado e estudado do ponto de vista técnico", declarou o número 2 do Ministério da Fazenda.

ORÇAMENTO

Equipe econômica detalha medidas para cortar R\$ 26 bilhões em gastos

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Dois meses após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciar o corte de cerca de R\$ 26 bilhões de gastos no Orçamento de 2025, a equipe econômica anunciou, ontem, em Brasília, o detalhamento das medidas de revisão de despesas obrigatórias. O principal foco está na melhoria da gestão e na redução de fraudes.

Dos R\$ 26 bilhões previstos, o plano efetivamente contempla R\$ 19,9 bilhões em revisão de cadastros. Os R\$ 6,1 bilhões restantes virão do que o Ministério do Planejamento chamou de

"realocações" internas de verbas nos ministérios que farão gastos com o Bolsa Família, com pessoal e com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) voltarem ao nível de 2023. A diminuição dos gastos obrigatórios seria liberada para gastos discricionários (não obrigatórios).

Dos R\$ 19,9 bilhões prometidos na revisão, a maior parte - R\$ 7,3 bilhões - virá de revisão de gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Deste total, R\$ 6,2 bilhões sairão do pente-fino no Atestmed, sistema do INSS de concessão de auxí-

lio-doença por meio de atestados médicos digitais, sem pericia. Mais R\$ 1,1 bilhão virá de medidas cautelares e administrativas.

Em segundo lugar, está a revisão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo crescimento das despesas foi um dos fatores que fez o governo gastar R\$ 11,2 bilhões de gastos discricionários em julho.

O governo pretende economizar, no próximo ano, R\$ 6,4 bilhões com o benefício: R\$ 4,3 bilhões por meio da atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo

Federal (CadÚnico) e R\$ 2,1 bilhões através da reavaliação de perícias.

Em seguida, vêm R\$ 3,2 bilhões da reavaliação na concessão de auxílios por incapacidade do INSS, que inclui tanto o auxílio-doença como a aposentadoria por invalidez. Completam a lista R\$ 1,9 bilhão de mudanças no Proagro e o pente-fino de R\$ 1,1 bilhão no seguro-defeso.

PROJEÇÕES

Em entrevista coletiva para anunciar o plano de revisão de gastos, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, admitiu incertezas nos números. Ele, no entanto, disse que a economia pode ser maior porque as projeções são conservadoras.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

JULHO

Caged registra criação de 188 mil postos de trabalho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após subir em junho, a criação de emprego formal caiu em julho. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 188.021 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

A criação de empregos subiu 32,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Em julho de 2023, tinham sido criados 142.107 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. Em relação aos meses de julho, o volume foi o maior desde 2022.

Nos sete primeiros meses do ano, foram abertas 1.492.214 vagas. Esse resultado é 27,2% mais alto que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

O resultado acumulado é o maior desde 2021, quando tinham sido criados 1.787.662 postos de trabalho de janeiro a julho. A mudança da metodolo-

gia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Apesar da aceleração em julho, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, manifestou preocupação com um possível aumento de juros no segundo semestre. Tradicional crítico da política monetária do Banco Central, ele disse que uma possível elevação na Taxa Selic (juros básicos da economia) pode comprometer os investimentos e prejudicar o mercado de trabalho e o orçamento público.

"Isso (um possível aumento de juros) é uma aberração econômica. Espero que o Banco Central fale sobre controlar a inflação pela oferta, não pela restrição de demanda", disse o ministro em entrevista coletiva.

SETORES

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 79.167 postos, seguidos pela indústria (de transformação, de extração e de outros tipos), com 49.471 postos a mais. Em terceiro lugar, vem o comércio, com a criação de 33.003 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na construção civil, com a abertura de 19.694 postos. Mes-

mo com a pressão pelo fim da safra de vários produtos, a agropecuária criou 6.688 vagas no mês passado.

DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com a abertura de 45.352 postos formais. A categoria de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais abriu 11.102 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 45.803 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, gestão de resíduos e descontinuação, que abriu 1.986 vagas.

As estatísticas do Caged apresentadas a partir 2020 não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

REGIÕES

Todas as cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 82.549 postos a mais, seguido pelo Nordeste,

com 39.341 postos. Em seguida, vem o Sul, com 33.025 postos. O Centro-Oeste abriu 15.347 postos de trabalho, e o Norte criou 13,5 mil vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, apenas o Espírito Santo registrou saldo negativo, com a eliminação de 1.029 vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+61.847 postos), Paraná (+14.185) e Santa Catarina (+12.150). Os números mais baixos de abertura de vagas foram registrados no Amapá (+472), no Tocantins (+205) e em Roraima (+137).

RIO GRANDE DO SUL

Em relação ao Rio Grande do Sul, o ministro do Trabalho e Emprego destacou que os dados positivos em julho refletem os investimentos do governo federal na reconstrução do estado, afetado por grandes enchentes em abril e maio.

Segundo os números do Caged, 6.690 vagas foram abertas no Rio Grande do Sul em julho. Esse foi o primeiro saldo positivo desde abril. "Eu achava que isso [a geração de empregos no território gaúcho] ia acontecer na passagem desse ano para o ano que vem. É uma surpresa muito positiva desse processo", declarou Luiz Marinho.

TCU

Perda de arrecadação no setor minerário pode chegar a R\$ 20 bi

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou em relatório preliminar que o Poder Público pode perder R\$ 20 bilhões em contribuições legais via setor minerário. O valor se refere a créditos já lançados, mas ainda não constituídos. Como há prazo legal nesse processo, o montante está sob risco de decadência - ou seja, perda do direito sobre os valores não requeridos. São 12.243 processos pendentes.

A ineficiência no sistema de arrecadação e a falta de pessoal e estrutura para Agência Nacional de Mineração (ANM) foram as principais justificativas apresentadas para essa fila de pendências. A receita potencialmente perdida no intervalo de 2017 a 2021 foi de R\$ 4 bilhões.

A auditoria foi realizada para examinar a legalidade dos procedimentos para a arrecadação via Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - contrapartida paga pelas empresas exploradoras de minerais. O pagamento é feito via Taxa Anual por Hectare (TAH), cobrada obrigatoriamente aos detentores de títulos minerários.

Além das elevadas perdas de créditos minerários por decadência e prescrição, o relatório também aponta alto índice de sonegação da CFEM e fiscalizações insuficientes pa-

ra cobrir esse setor.

De 2014 a 2021, 70% não pagaram a contribuição legal, no total de 30.383 títulos ativos (à época), de acordo com os dados apresentados. Já no intervalo de 2017 a 2022, houve média de 40,2% de sonegação entre os 9.204 processos.

"Em 2022, foram apenas 17 fiscalizações, em um universo de quase 40 mil títulos ativos, em condições produtivas. Até 30 de setembro de 2023, haviam outros 19.653 processos abertos, somente aguardando a análise do requerimento e outorga da concessão de lavra", aponta o relatório.

Os resultados da auditoria feita pelo órgão foram apresentados nesta quarta-feira em sessão, mas houve pedido de vista e acórdão ainda não será divulgado. O relator é o ministro Benjamin Zymler.

"O sistema de TI utilizado pelo setor de arrecadação da ANM não permite estimar o volume da produção e nem certificar se o valor devido foi integralmente pago pelo titular do direito minerário", aponta o relatório.

Entre as agências reguladoras, a ANM foi a responsável pela segunda maior arrecadação de receitas em 2021, com R\$ 12 bilhões. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) arrecadou R\$ 32 bilhões naquele ano.

ABIMAQ

Receita do setor de máquinas e equipamentos cai 2,2% em julho

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Em julho, a receita líquida total do setor de máquinas e equipamentos somou R\$ 24 bilhões, queda de 2,2% na comparação com igual período do ano passado. Em relação a junho de 2024, houve aumento de 3,2%.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o crescimento mensal foi puxado

principalmente pelas exportações, que aumentaram 45,1% em relação a junho e 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, somando US\$ 1,3 bilhão em julho. Esse foi o melhor resultado das exportações em 2024 e também representou recorde histórico para um mês de julho.

As importações também cresceram no período, somando quase US\$ 2,7 bilhões em julho,

recorde para o mês. O aumento foi de 15,9% na comparação com junho e de 16,6% em relação a julho de 2023.

O consumo aparente de máquinas, que leva em conta equipamentos produzidos no país e importados, teve alta de 5,1% em relação a julho do ano passado e de 2,6% na comparação com junho, puxado pela melhora das importações.

O mês de julho também apre-

sentou melhora no nível de emprego. O setor encerrou o mês com 389.279 colaboradores, aumento de 0,3% em relação a junho. Segundo a Abimaq, esse crescimento foi resultado da melhora nas indústrias de máquinas para bens de consumo, componente e máquinas para agricultura. No entanto, o quadro de pessoal continua abaixo do registrado no ano passado, com queda de 0,9% em relação a julho de 2023.

SETEMBRO

ANP marca audiência sobre revisão de regras da Oferta Permanente

DENISE LUNA/AE

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) marcou para a próxima terça-feira, por videoconferência, a audiência pública referente à revisão da minuta do edital de licitações e das minutas dos contratos de concessão de blocos e de área com acumulações marginais da Oferta Permanente de Concessão (OPC).

A audiência foi precedida de consulta pública de 45 dias, encerrada no último dia 14, na qual foram recebidas 250 contribuições de 14 participantes. Após a aprovação da versão final pela diretoria da ANP, o edital e o contrato serão avaliados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no prazo de 90 dias.

A previsão é de que os novos editais da OPC sejam divulgados no início de 2025, ao contrário do que o atual dire-

tor-geral da ANP, Rodolfo Sabóia, havia planejado.

Ele deixa a agência em dezembro deste ano, e disse que gostaria de sair com os editais publicados.

Entre os principais aperfeiçoamentos previstos estão as adequações decorrentes da alteração das diretrizes de conteúdo local; atualização dos modelos de seguro garantia; a exclusão do pagamento de taxa de participação e da amostra de dados; possibilidade de a licitante apresentar garantia de oferta sem declaração de interesse; estabelecimento de bônus de assinatura mínimo fixo para blocos em bacias terrestres maduras e de nova fronteira; e a adequação da extensão de blocos em razão da aplicação de novos critérios para recorte de áreas em consideração de critérios socioambientais mais abrangentes.

INEEP

Emissão de GEE da Petrobras recua 28,6% entre 2015 e 2023

DENISE LUNA/AE

A Petrobras alcançou uma redução de aproximadamente 28,6% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em suas atividades de exploração e produção (E&P) entre 2015 e 2023, segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Em 2015, a intensidade média de emissões de GEE por barril equivalente de petróleo produzido pela Petrobras foi de 19,9 quilos de gás carbônico equivalente (KgCO₂e/boe). Em 2023, essa média foi reduzida para 14,2 KgCO₂e/boe. De acordo

com a Petrobras, a diminuição decorreu da modernização operacional e tecnológica que possibilitou a redução de queimadas em flaring, venting, emissões fugitivas, entre outras.

O Ineep observou que a estatal tem outras estratégias para avançar na descarbonização das suas operações, como a implementação da captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS).

"Essa técnica separa o CO₂ do gás natural e o reinjeta no reservatório. Tal prática, ao mesmo tempo que promove a descarbonização das atividades da empresa, contribui para a manutenção da pressão interna dos

reservatórios, aumentando a produtividade", explicou o instituto em nota.

A Petrobras vem aumentando continuamente a reinjeção de CO₂, atingindo a marca de 7,2 bilhões de m³ de CO₂ reinjetados em 2023. Destes, cerca de 99% foram realizados nas operações do pré-sal da bacia de Santos. Adicionalmente, há projetos de CCUS em escalas menores na bacia de Campos e em atividades terrestres nas bacias do Solimões e do Recôncavo.

O Ineep ressaltou, no entanto, que a maior parte das emissões da Petrobras decorrem de atividades indiretas (90,5%), conhecidas como Escopo 3 na

classificação das emissões de GEE, o que é difícil controlar sem políticas públicas específicas, já que depende de terceiros.

"O poder de atuação das empresas petrolíferas no Escopo 3 é limitado, devido à natureza abrangente e indireta das emissões associadas a essa categoria. Essa capacidade é condicionada a fatores político-econômicos e influenciada por diretrizes, regulações e incentivos à descarbonização e geração de energia limpa e renovável, mirando a transição energética. Portanto, a redução das emissões do Escopo 3 exige uma articulação complexa com outras políticas públicas", concluiu o estudo.

Nota

MORAES DÁ 24H PARA MUSK INDICAR REPRESENTANTE DO X NO BRASIL E AMEAÇA SUSPENSÃO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou notificar o empresário Elon Musk, dono do X, para que ele informe, em até 24 horas, quem será o novo representante da plataforma no Brasil. A decisão ameaça suspender as atividades da rede social caso a ordem não seja cumprida. Moraes mandou a secretária do STF intimar o empresário por "meios eletrônicos". Elon Musk encerrou o escritório no Brasil e não têm mais advogados constituídos no País. A conta institucional do Supremo Tribunal Federal no X

enviou a intimação por meio da própria rede social, em resposta ao perfil oficial da plataforma. A conta pessoal do empresário também foi marcada na publicação. O X anunciou no último dia 17 que encerraria as operações no Brasil e atribuiu a decisão a investidas do ministro Alexandre de Moraes. A plataforma afirma que sofre perseguição e censura. A rede social vem se recusando a derrubar perfis bloqueados por Moraes em investigações sobre a disseminação de notícias falsas e de ataques às instituições. O próprio Elon Musk passou a ser investigado pela Polícia Federal depois de prometer reativar perfis suspensos por determinação do STF. O empresário chamou Alexandre de Moraes de "vergonhoso" e pediu que ele renunciasse ou sofresse processo de impeachment.

RICARDO PRESENTES LTDA.
CNPJ Nº 33.060.120/0001-33 - NIRE Nº 33.2.0023627-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
 Ficam convocados os Senhores sócios da Ricardo Presentes Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 33.060.120/0001-33, inscrita no NIRE sob o nº 33.2.0023627-7 ("Sociedade"), para Reunião de Sócios, a realizar-se, em primeira convocação, na Avenida Nilo Peçanha, nº 11, Sala 1203, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.020-100, no dia 9 de setembro de 2024, às 11h00, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Destituição e subsequente designação de administradores da Sociedade; (b) Reforma do Contrato Social da Sociedade; (c) Aprovar a prática de medidas judiciais em face da administradora Moema Cozzi Oliveira Leite Alvares de Sá; e (d) Apreciar as contas da administração da sociedade dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023.
 Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024
 Eliane Cozzi Oliveira Leite de Medeiros
 Sócia-administradora

GOVERNO FEDERAL
 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
 MINISTÉRIO DA DEFESA
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 90087/2024
 Edital 16/2024

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na PORTARIA ESG/SLIC-MD Nº 3040, DE 17 DE JUNHO DE 2024, que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço por Grupo tendo por finalidade a Contratação de Serviço Especializado de Buffet e Coffee-Break para atender os eventos institucionais da Escola Superior de Guerra. A sessão pública será realizada no dia 12 de Setembro de 2024, às 09h00min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).



ELEIÇÕES 2024

Boulos decide manter postura mais 'leve' na campanha eleitoral

ZECA FERREIRA/AE

Apesar das críticas vindas de apoiadores, a campanha de Guilherme Boulos (PSOL) pretende manter a estratégia adotada até agora de trabalhar uma postura mais "light" do candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Prefeitura de São Paulo. A intenção é manter os discursos focados na apresentação de propostas para a cidade. Interlocutores do psolista demonstraram preocupação de que, caso o candidato adote um tom mais agressivo contra Pablo Marçal (PRTB) - como desejado por parte da militância -, isso possa reforçar a imagem de radical que uma parcela do eleitorado já tem dele.

Essa apreensão é reforçada por pesquisas qualitativas às quais a campanha teve acesso. Segundo um aliado de Boulos ouvido pela reportagem, esses levantamentos indicam que a pecha de "radical" é o principal motivo citado por eleitores que escolhem não votar no candidato do PSOL. Desde antes do período eleitoral, Boulos vem tentando desconstruir essa imagem negativa, associada ao seu passado como líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para isso, ele tem feito ajustes em seu visual, adotando roupas mais alinhadas, e evitado tratar de temas caros ao seu partido, mas que podem reforçar a imagem que ele tenta desconstruir.

Um exemplo disso é a questão da Venezuela. Boulos recentemente reconheceu indícios de fraudes na última eleição presidencial do país, contrastando com suas posições anteriores, em que defendia a Nicolás Maduro. Ele também ajustou seu discurso em outros temas sensíveis ao PSOL, como a descriminalização das drogas e a ampliação do direito ao aborto legal. Em uma entrevista a uma rádio gospel, o deputado federal afirmou que a descriminalização das drogas não é sua posição e que a legislação sobre o aborto não precisa ser ampliada, mas sim cumprida - recuando em pautas históricas de sua sigla.

A estratégia adotada por Boulos, de passar de uma postura com forte acento ideológico para uma abordagem mais pragmática, não é inédita entre candidatos de partidos de esquerda. Esse movimento visa ampliar a base eleitoral - mirando o eleitor de centro - e aumentar as chances de viabilidade nas urnas. Um exemplo dessa tática foi a transição do presidente Lula, que, nas eleições gerais de 2002, adotou uma postura

mais moderada e pragmática, culminando na chamada "Carta ao Povo Brasileiro", documento que foi fundamental para sua primeira vitória na corrida presidencial.

REDES SOCIAIS

O crescimento de Marçal nas pesquisas de intenção de voto acendeu um alerta nos militantes e dirigentes de partidos de esquerda, que passaram a pressionar Boulos, especialmente nas redes sociais, para adotar uma postura mais combativa contra o influenciador. A estratégia de Marçal é baseada em ataques e acusações contra adversários, muitas vezes sem apresentar provas, que depois viralizam nas redes sociais em cortes - vídeos curtos e descontextualizados. Boulos tem sido o principal alvo de Marçal e já conseguiu obter direito de resposta contra o ex-coach na Justiça.

A pesquisa Datafolha mais recente, divulgada no dia 22, mostra empate técnico entre Boulos, Marçal e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na primeira posição. Boulos está com 23%, Marçal tem 21% e Nunes aparece com 19%. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Diante das críticas à sua comunicação, Boulos fez um pronunciamento nesta semana convocando seus apoiadores para um "ato contra o bolsonarismo", marcado para o próximo sábado, 31, na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo. A fala do deputado psolista veio após seus apoiadores começarem a comparar sua postura moderada com a estratégia mais agressiva adotada por Tabata Amaral, candidata do PSB, contra Marçal. Tabata tem produzido vídeos cinematográficos que expõem a relação entre membros do partido de Marçal, o PRTB, e a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

"Vi esses dias na rede social gente falando: 'tem que bater mais forte, pegar mais pesado'. Gente, eleição não é concurso de quem grita mais alto. Que a gente tem coragem de enfrentar a extrema direita, isso não precisa provar para ninguém. Fizemos isso nos últimos anos nesse país. Aliás, não só em rede social, mas na rua, organizados, dando a cara a tapa", declarou Boulos em seu pronunciamento. Ele acrescentou que Marçal não é o único adversário na campanha e que o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), apoiado formalmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), também deve ser combatido.

DOENÇA

SP concentra mais da metade dos casos de mpox no Brasil

BEATRIZ BULHÕES/AE

O Brasil registrou 836 casos confirmados ou prováveis de mpox, a antiga varíola dos macacos, desde o início de 2024, de acordo com o último boletim do Ministério da Saúde, divulgado na terça-feira. Desse total, 427 registros (51,5%) foram no Estado de São Paulo - 112 a mais do que o contabilizado de janeiro a julho.

Depois de São Paulo, as unidades federativas com mais casos foram: Rio de Janeiro (194), Minas Gerais (50) e Bahia (35). Não houve registro de casos confirmados ou prováveis em seis Estados (Roraima, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí e Mato Grosso).

PESQUISA QUAEST

Na disputa pela prefeitura, Boulos tem 22%, Marçal, 19% e Nunes, 19%

JULIANO GALISI/AE

Pesquisa Quast divulgada ontem sobre a intenção de voto à Prefeitura de São Paulo aponta para um empate triplo entre o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e Pablo Marçal (PRTB).

Guilherme Boulos lidera, com 22% de menções no cenário estimulado. Marçal está empatado numericamente com Nunes, ambos com 19%. Como a margem de erro é de três pontos

porcentuais, os três estão em empate técnico.

Em seguida, o apresentador de TV José Luiz Datena, do PSDB, tem 12%. A deputada federal Tabata Amaral (PSB) figura com 8%. A economista Marina Helena (Novo) tem 3% e Bebeto Haddad, do DC, 2%. Os candidatos Ricardo Senese (UP), João Pimenta (PCO) e Altino (PSTU) não pontuaram. São 8% os indecisos e 7% votam branco, nulo ou não querem ir votar.

O instituto Quast entrevis-

tuou 1.200 paulistanos de 16 anos ou mais, de forma presencial, entre os dias 25 e 27 de agosto. A margem de erro é de três pontos percentuais e o índice de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-08379/2024.

Esta é a primeira pesquisa Quast a medir as intenções de voto do eleitor paulistano após o registro das candidaturas. O levantamento anterior da empresa foi divulgado em 30 de julho e apontava, no principal cenário

A DOENÇA

Os principais sintomas de mpox são lesões na pele, linfonodos inchados (ínguas), febre, dor no corpo, dor de cabeça, ca-lafrios e fraqueza. As lesões po-

dem ser planas ou com relevo, com a presença de líquido claro ou amarelado, e tendem a surgir em qualquer parte do corpo, sobretudo no rosto, pés e na palma das mãos.

No geral, a doença se espalha principalmente através do contato próximo com pessoas infectadas, sobretudo por vias sexuais. O intervalo entre o contato com o vírus e o início da manifestação dos sintomas varia entre três e 16 dias.

O perfil dos casos confirmados e prováveis continua sendo de indivíduos do sexo masculino (95,2%) e na faixa etária de 18 a 39 anos (72,1%). Não foram registrados casos em gestantes, e houve apenas uma ocorrência entre um paciente de 0 a 4 anos.

AGRONEGÓCIO

Prejuízos com queimadas em São Paulo passam de R\$ 1 bilhão

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A pecuária, a cana-de-açúcar, a fruticultura, a heveicultura (cultivo de seringueiras) e a apicultura foram os setores da agropecuária paulista que mais tiveram perdas com as queimadas registradas na última semana no estado de São Paulo. Os dados, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do estado, mostram que os prejuí-

zos de toda a agropecuária paulista ultrapassam R\$ 1 bilhão.

"As queimadas provocaram prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão ao agro paulista, com a queima de lavouras, pastagens e até morte de animais, conforme levantamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo", destacou a pasta em comunicado.

A secretaria destacou que a Defesa Civil do estado manteve

22 áreas do estado em alerta para queimadas mesmo com a chegada de uma frente fria que trouxe chuva e derrubou as temperaturas na Região Sudeste.

Permanecem em alerta as regiões dos municípios de Andradina, Araçatuba, Assis, Barretos, Bauru, Campinas, Campos do Jordão, Franca, Guaratinguetá, Iperó, Itapeva, Jales, Jaú, Jundiá, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Ribeirão

Preto, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, e Votuporanga.

A SAA informou ainda que disponibilizou R\$110 milhões para os produtores rurais paulistas afetados pelo fogo por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). Para ter acesso ao crédito, o produtor deverá procurar a Casa da Agricultura de seu município.

Queimada destrói 80% da cana do Instituto Agronômico de Ribeirão Preto

ISABELA MOYA/AE

O Centro de Cana do Instituto Agronômico, em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, teve 80% das plantações de cana-de-açúcar destruídas por causa das queimadas no interior de São Paulo a partir da sexta-feira passada. A perda de 120 dos 150 hectares de plantação do instituto deve provocar entre um e dois anos de atraso nas pesquisas que estavam em andamento.

No total, foram contabilizados até terça-feira, 28, 44,6 mil hectares de área queimada, resultando na destruição de muitas instalações, perda de animais e lavouras. Nos últimos dias, o Estado não tem registrado novos focos de incêndio, mas é prevista nova alta de temperatura até o fim de semana, com 48 municípios em alerta.

Muitas dessas pesquisas estavam próximas de serem finalizadas e seriam colocadas à disposição dos produtores. Havia, por

exemplo, novas variedades da cana sendo estudadas, que poderiam gerar ganhos de até 20% em relação ao que é usado hoje pelos produtores, segundo Marcos Landell, engenheiro agrônomo, pesquisador e diretor do Centro de Cana do Instituto Agronômico. "Esse ganho não vai ser mais incorporado pelos próximos dois anos", ele prevê.

O terreno do Centro de Cana tem, em seus 150 hectares, ensaios e experimentos instalados que são fonte para o desenvolvimento de novas tecnologias para a agricultura nacional e mundial. "Nós temos, por exemplo, um trabalho muito grande na seleção de novos tipos de cana, feita por meio do melhoramento genético da cultura. Há também estudos na área de administração das plantas e na área de manejo de pragas e doenças", completa Landell.

O interior de São Paulo concentra a maior produção de cana de açúcar do País, com fábricas de

etanol, açúcar e álcool, e usinas de energia elétrica. Ribeirão Preto é uma das regiões mais afetadas pelas queimadas no Estado, com diversos focos de incêndio e pessoas tendo que deixar suas casas em razão das proximidades das chamadas. Para recuperar o canal, o Instituto Agronômico terá de cortar a cana afetada, uma vez que o que sobrou pode estar contaminado com microorganismos, tornando as plantas inviáveis para as produções de etanol e açúcar, diz o engenheiro agrônomo.

"Vamos ter de começar tudo de novo, produzir mudas, deixar brotar. Isso significa perda de renda [para os produtores]", afirma Landell. Ele avalia que será possível recuperar parte do prejuízo, mas com atraso. "Vamos perder a formação deste ano, ter de repetir no ano que vem. E não vamos conseguir colocar à disposição todas as tecnologias que queríamos liberar até março de 2025", diz o pesquisador e diretor do Centro.

Para Landell, retirar a cana queimada tem um significado ainda maior, já que ele foi um dos pesquisadores que implementaram o método de colheita crua da cana-de-açúcar no País, nos anos 1990.

Antes, os produtores usavam um método de colheita em que precisavam queimar as próprias plantações. Hoje em dia, no Estado de São Paulo, esse método não é mais utilizado por se mostrar menos eficiente perante a colheita crua, processo desenvolvido com a finalidade de eliminar a queima da cultura, diz o engenheiro agrônomo.

"Imagina a minha frustração, depois de 30 anos [da implementação do processo de colheita crua], de voltar a colher essa cana queimada, em função desse acidente", relata. "Insisti para que a gente partisse para um modelo como esse. Passamos a ter, a partir da década de 1990, uma visão de sustentabilidade".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 42ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 42ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Estatuto Social") e "Emissora" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente, em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 42ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (segunda) convocação em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 17/09/2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do titular dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação do Resgate Antecipado Compulsório, nos termos da Cláusula 6.1.3, item (ii) do Instrumento Particular da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais, Não Conversíveis em Participação Societária, Com Garantias Real e Fidejussória, Emitidas em Série Única, Destinada Para Colocação Privada, da Binatural Bahia Ltda ("Termo de Emissão"), em razão da não apresentação das cópia das demonstrações financeiras da Emitente e do Avalista, preparadas pela auditoria, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhada da memória de cálculo elaborada pela Emitente contendo todas as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros, acompanhada de declaração dos representantes da Emitente acerca do cumprimento dos Índices Financeiros, conforme exigido na cláusula 7.1, item "i", subitem "a" do Termo de Emissão; (ii) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder prazo adicional até 16 de setembro de 2024, para cumprimento da cláusula 7.1, item "i", subitem "a" do Termo de Emissão; (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail afassemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA BINATURAL", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos (NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação a demais do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de agosto de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CÂMARA

Conselho de Ética da aprova cassação de Chiquinho Brazão

LEVY TELES/AE

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a cassação do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que está preso desde março sob a acusação de ser o mandante do assassinato da ex-ve-readora do Rio Marielle Franco.

O placar terminou com 15 votos favoráveis pelo fim do mandato de Brazão, um voto contra e uma abstenção. A defesa do parlamentar ainda pode recorrer da decisão na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Apenas Gutemberg Reis (MDB-RJ) votou contrariamente. Paulo Magalhães (PSD-BA) se absteve.

Com isso, o Conselho de Ética faz uma recomendação for-

mal pela perda do mandato do deputado fluminense. A decisão final será no plenário. Serão necessários 257 votos dos 513 congressistas, isto é, a maioria absoluta da Câmara, para aprovar a cassação do deputado.

Os deputados acompanharam o relatório da deputada Jack Rocha (PT-ES), que orientou pela cassação de Brazão.

"As provas coletadas tanto por esse colegiado, quanto no curso do processo criminal, são aptas a demonstrar que o representado tem um modo de vida inclinado para a prática de condutas não condizentes com aquilo que se espera de um representante do povo", justificou Rocha. "O assassinato representou não apenas um ato de brutalidade, mas um ato de violência política de gênero."

Em sua defesa, Brazão disse que é inocente e que era amigo de Marielle. "Marielle era minha amiga, comprovadamente", afirmou. "Marielle ia lá e as vezes pedia uma bala, um chiclete."

A defesa de Brazão, feita pelo advogado Cléber Lopes, justificou que o Conselho de Ética não poderia punir Brazão, já que o assassinato é um fato que aconteceu antes de ele assumir o mandato como deputado federal.

Essa justificativa foi dada, por exemplo, quando Guilherme Boulos (PSOL-SP), relator do caso André Janones (Avante-MG) no mesmo colegiado, votou pelo arquivamento do caso de "rachadinha"

Lopes também reclamou que os depoentes puderam ser apenas convidados a testemunhar no Conselho de Ética, o que os

desobrigou a participar do processo. "Nós não pudemos trabalhar num ambiente em que o Conselho de Ética convida as pessoas para depor", disse. "Tivemos um prejuízo substancial na defesa porque várias testemunhas deram de ombros e não compareceram."

A defesa final, documento apresentado ao Conselho de Ética, diz que a delação premiada feita por Ronnie Lessa - apontado pela Polícia Federal como o assassino de Marielle, e que apontou Brazão como mandante do crime - é uma "fantasiosa estória de um homicida confesso", afirma que há contradições e erros factuais na denúncia da Procuradoria-Geral da República e conclui que não há provas suficientes para sustentar a acusação.

NOVAS REGRAS

Congresso convoca sessão conjunta com acordo sobre emendas

IANDER PORCELLA
E VICTOR OHANA/AE

O Congresso Nacional convocou uma sessão conjunta ontem nesta quinta-feira, às 11h, com todos os deputados e senadores. A expectativa é que sejam votadas novas regras para a operacionalização das emendas parlamentares. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm discutido com o governo uma proposta para cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Legislativo dê transparência e rastreabilidade aos repasses desses recursos.

Lira e Pacheco se reuniram para tratar do assunto na manhã de terça-feira. No mesmo dia, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do PT na Casa, Odair Cunha (MG), se encontraram com Lira para discutir a proposta. Ontem, Guimarães foi a uma reunião do Palácio do Planalto sobre o assunto, da qual participaram também o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e outras lideranças do Congresso.

Enquanto isso, as emendas impositivas continuam suspensas por decisão do ministro Flávio Dino, STF, que foi referendada pelo plenário da Corte por unanimidade.

No caso das emendas de comissão, a nota conjunta divulgada pelos três Poderes diz que "serão destinadas a projetos de interesse nacional ou regional, definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo, conforme procedimentos a serem estabelecidos em até dez dias".

A cúpula do Congresso, contudo, estuda formas de não perder tanto poder sobre as verbas de emendas de comissão. Uma das ideias é que os líderes dos partidos assinem as emendas e negociem com o governo o destino dos recursos. A dúvida, contudo, é se o STF e o Executivo aceitarão que os autores individuais das emendas de comissão não sejam identificados.

As emendas de comissão são operadas hoje na mesma lógica do antigo orçamento secreto, esquema revelado pelo *Estadão* e declarado inconstitucional pelo Supremo. Não é possível identificar o parlamentar que indicou a verba, e a negociação é usada por quem comanda o Congresso para manter seu poder político. Essa "moeda de troca" é apontada como crucial para Lira, por exemplo, articular

sua sucessão.

Lira tem dito a interlocutores que não houve "vitoriosos nem derrotados" no pacto entre Congresso, STF e Planalto sobre as emendas. A avaliação feita pelo presidente da Câmara a aliados é que todos atingiram seu objetivo: o Judiciário garantirá mais transparência das emendas; o Congresso manterá o volume atual de recursos e a impositividade das emendas individuais e de bancada estadual; e o governo conseguiu uma trava para evitar que as emendas cresçam de forma desproporcional no Orçamento.

Emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos deputados e senadores a seus redutos eleitorais. Hoje, existem três modalidades: as emendas individuais, a que cada deputado e senador têm direito, as de bancada estadual e as de comissão. As duas primeiras são impositivas, ou seja, o pagamento é obrigatório, embora o governo controle o ritmo da liberação.

No caso das "emendas Pix", o Congresso definirá o "objeto", ou seja, para qual obra ou política pública as verbas foram usadas, o que hoje não fica claro. Batizadas com esse nome em referência ao sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central, as "emendas Pix" são uma forma de manejar as emendas individuais e permitem a destinação direta de recursos federais a Estados e municípios, o que agrada a deputados do chamado "baixo clero". Na avaliação da cúpula da Câmara, o acordo "institucionalizou" a modalidade, que corria o risco de ser até mesmo extinta.

Em relação às emendas de bancada, a nota conjunta dos três Poderes diz que "serão destinadas a projetos estruturantes em cada Estado e no Distrito Federal, de acordo com a definição da bancada, vedada a individualização". Há resistência entre parlamentares, contudo, a enviar esses recursos apenas para projetos estruturantes. Há uma avaliação de que outros pleitos das prefeituras podem ficar prejudicados.

Também há negociação sobre o valor das emendas. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator da lei do arcabouço, por exemplo, defende vincular o crescimento das emendas ao teto de 2,5% acima da inflação fixado na regra fiscal para o aumento das despesas do governo.

PROJETO FICHA SUJA

Senado acelera tramitação de projeto que muda a Lei de Ficha Limpa

LEVY TELES/AE

O Senado Federal aprovou, ontem, requerimento para acelerar a tramitação de um projeto de lei que enfraquece a Lei de Ficha Limpa. Essa proposta aprovada é criticada por entidades ligadas à transparência e combate à corrupção. A expectativa é que o plenário da Casa vote a matéria na próxima semana. A votação se deu de forma simbólica e apenas Eduardo Girão (Novo-CE) manifestou voto contrário.

A proposição cria novas condições para o começo da contagem do prazo de inelegibilidade de candidatos e beneficiará mesmo candidatos que já foram condenados, encurtando o tempo de afastamento dos pleitos.

Se aprovado, o projeto encurtaria o prazo de inelegibilidade de, entre outros, do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (Republicanos-RJ), que poderá disputar o pleito de 2026, e do próprio deputado federal

Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que viu seu processo de cassação ser aprovado no Conselho de Ética ontem.

Segundo um dos articuladores da Lei de Ficha Limpa, Márton Reis, a mudança pode beneficiar até mesmo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Marlon explica que a redação atual do texto muda a condição de inelegibilidade para quem cometeu abuso de poder econômico ou político - caso de Bolsonaro - restringindo a condição apenas para os casos em que poderiam anular o resultado eleitoral.

A proposta estabelece três possíveis contagens para o prazo de inelegibilidade. A primeira conta a partir da decisão judicial que decretar a perda do cargo. Ela vale para membros do Poder Executivo e Poder Legislativo em nível federal, estadual e municipal.

A segunda envolve o caso de abuso de poder econômico ou político A contagem do prazo em caso de decisão transitada

em julgada pela Justiça Eleitoral que envolverem o tema é iniciada no ano da eleição em que ocorreu o abuso. O candidato apenas se torna inelegível caso cassação do diploma, registro ou mandato, algo não é exigido atualmente.

A terceira é em caso de renúncia após representação de membros do Legislativo ou do Executivo que pode levar a abertura de processo por infringir a Constituição em vários níveis. Nesse caso, a data de inelegibilidade começa a partir da renúncia.

Além disso, a matéria assegura que o prazo de inelegibilidade só possam se acumular por até 12 anos. Isso quer dizer que se um candidato ficar inelegível e receber uma nova condenação, independentemente do prazo, ele só poderá ficar inapto a ser candidato por até 12 anos, não podendo passar desse período.

O projeto de lei complementar específica que a condição de inelegibilidade exige a comprovação do dolo, ou seja, a inten-

ção deliberada de quem foi condenado por improbidade. Antes, bastava que fosse constatada a voluntariedade da pessoa.

O relator do projeto de lei, Weverton Rocha (PDT) afirmou que o texto é "totalmente pertinente". "Da forma que está não pode ficar", disse.

Como mostrou o *Estadão*, porém, seis organizações da sociedade civil criticando a proposta, dizendo que causará "retrocessos para o combate à corrupção". Para eles, reduzir o prazo de inelegibilidade contribui apenas aos interesses dos condenados.

"A diminuição de tal prazo, conforme estabelecido pelo projeto em questão, contribui única e exclusivamente para a salvaguarda dos interesses daqueles que já se encontram na posição de representantes da cidadania, mas não foram capazes de desempenhar com retidão e moralidade tal função", diz a nota, assinada por seis organizações.

PROJETO

Câmara aprova Lei Geral do Turismo com emenda de crédito para aéreas

LUIZ ARAÚJO, IANDER PORCELLA
E VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em definitivo, a atualização da legislação brasileira sobre turismo, que consta no Projeto de Lei 1.829/2019. Dentre as novidades, estão mudanças de regras sobre o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que agora poderá ser utilizado como fonte garantidora para financiamentos a companhias aéreas. A votação foi simbólica, tendo posição contrária apenas dos partidos Psol e Novo. Agora, o projeto vai à sanção presidencial.

"Eu imagino que hoje os atores que fazem o turismo brasileiro têm um motivo para comemorar. A maturidade dos congressistas, do Senado e da Câmara, debateram por vários meses esse projeto, chegaram a um texto de consenso que traz uma modernização para a legislação do turismo no Brasil", disse ao *Broadcast Político* o ministro do Turismo, Celso Sabino, que acompanhou a votação no plenário.

A atualização da lei flexibiliza regras para hospedagem de crianças e adolescentes, ampliando os representantes que podem autorizar a estadia. Enquanto atualmente é preciso que o menor esteja acompanhado por um dos pais, representante legal ou com um termo de autorização assinado pelos pais, agora também poderão assumir esse papel parentes como avós, irmãos maiores de idade ou tios, desde que comprovado o parentesco, ou ainda por pessoa maior de idade autorizada expressamente pelos responsáveis legais.

O projeto adiciona um parágrafo na lei para estabelecer que a duração das diárias de hotéis e assemelhados, hoje definida como sendo de 24 horas na legislação, será regulamentada pelo Ministério do Turismo levando em consideração o tempo necessário para higienização e arrumação dos quartos e outros procedimentos operacionais necessários.

Ainda, conforme o texto aprovado, os hotéis e pousadas já existentes que não consegu-

rem cumprir, por motivos de riscos estruturais da edificação, o percentual mínimo de 10% de dormitórios acessíveis previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015) serão dispensados dessa regra, conforme o texto.

A atualização da lei também reduz as informações que os serviços de hospedagem devem fornecer periodicamente ao Ministério do Turismo, como perfil e quantitativo dos hóspedes, e insere determinação para que sejam respeitadas, nesses relatórios, a privacidade e a intimidade dos hóspedes.

OUTRAS MUDANÇAS

As alterações na Lei Geral do Turismo também permitem que recursos de emendas parlamentares alocados no Novo Fundo Geral do Turismo (Fungetur) sejam transferidos para fundos estaduais e municipais com o objetivo de financiar programas no setor.

O texto insere na legislação o Mapa Brasileiro do Turismo, instituído pela Portaria 41, de 2021, do Ministério do Turismo.

CASO MARIELLE

Lessa confirma que recebeu informações sobre ação policial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-policial militar Ronnie Lessa confirmou ontem que ficou sabendo antecipadamente da operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro que o prendeu pela suspeita de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Franco, em 2018.

Réu confesso do assassinato e delator na investigação, Lessa prestou depoimento virtual pelo segundo dia consecutivo na ação penal aberta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se os irmãos Brazão e outros acusados serão condenados por atuarem como mandantes do crime.

Ronnie Lessa disse que recebeu uma mensagem de WhatsApp por volta das 23h da

noite anterior à prisão, que ocorreu em março de 2019, um ano após o assassinato da vereadora.

Segundo o delator, a mensagem foi enviada por um homem conhecido como Jomazinho, filho de um policial federal aposentado que teria ligações com os irmãos Brazão.

"A pessoa que passou as mensagens era filho de um (ex) policial federal. A mensagem dizia: vai ter operação para prender os envolvidos no caso Marielle", afirmou.

Apesar de ter obtido conhecimento prévio sobre a operação, Lessa foi preso, porque os policiais civis anteciparam a operação, realizada por volta das 5h. No momento da chegada dos policiais, ele se preparava para deixar o condomínio em que morava na Barra da Tijuca, no Rio.

FRAUDE

Máquinas de bichinhos de pelúcia são adulteradas

LUCCAS LUCENA/AE

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou ontem, uma ação contra um suposto esquema de adulteração de máquinas de bichinhos de pelúcia e a participação de organizações criminosas na fraude. Segundo a corporação, foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão na capital, em municípios da Baixada Fluminense e no Estado de Santa Catarina, onde houve atuação da Polícia Civil local.

As investigações começaram após informações de que empresas utilizavam bonecos de pelúcia falsificados em máquinas instaladas em shoppings da Região Metropolitana do Rio. A 1ª fase da operação ocorreu em maio deste ano, quando máquinas e grande quantidade de bichos de pelúcias piratas foram apreendidos.

A perícia realizada nos equipamentos constatou que os mesmos possuem um sistema eletrônico de contador de jogadas e, conforme progra-

mação realizada pelo operador das máquinas, é liberada uma corrente elétrica que permite gerar potência suficiente para que a pessoa consiga capturar o bichinho de pelúcia somente após um determinado número de tentativas.

- Caso esse número programado de créditos jogados não tenha sido atingido, a corrente elétrica enviada gera uma potência insuficiente para pegar o bicho de pelúcia.

- De acordo com a Polícia Civil, o esquema é um processo fraudulento para enganar os consumidores, que acreditam que a obtenção do prêmio depende da sua habilidade ao operar a máquina

Até o momento, os agentes apreenderam máquinas de bichos de pelúcias piratas, celulares, computadores, notebooks, tablets, documentos e uma arma, que foi localizada em um galpão na Penha, no Rio de Janeiro.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro não revelou o nome dos investigados na operação..

PROTESTOS

Governo repassa R\$ 150 milhões para a Uerj

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

Em postagens nas redes sociais, o governo do Rio de Janeiro anunciou ontem que fará um repasse de R\$ 150 milhões para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). De acordo com a publicação, os recursos garantem a manutenção de bolsas, serviços e o pagamento de terceirizados até o fim do ano.

O anúncio ocorre em meio aos protestos dos estudantes que ocorrem há cerca de um mês. Eles questionam os novos critérios anunciados para concessão de bolsas e auxílios e chegaram a ocupar o edifício) da reitoria por duas vezes, o que levou à administração da instituição à suspender as aulas.

As mudanças foram formalizadas por meio do Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 38/2024. Ele estabelece, entre outras medidas, que o Auxílio Alimentação passará a ser pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em campi que ainda não tenha restaurante universitário. O valor é de R\$ 300, pago em cotas mensais, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

AUXÍLIOS TÊM LIMITES

Além disso, o ato da Uerj

estabelece como limite para o recebimento de auxílios e Bolsa de Apoio a Vulnerabilidade Social ter renda bruta familiar, por pessoa, igual ou inferior a meio salário mínimo vigente no momento da concessão da bolsa. Esse valor atualmente é equivalente a até R\$ 706, um terço do teto que vigorava na regra anterior.

Os estudantes pedem a revogação do Aeda 38/2024. Eles alegam que os recursos irão fazer falta e poderão prejudicar afetar a continuidade dos estudos e a permanência na universidade. Na semana passada, a Uerj chegou a apresentar uma proposta com medidas de transição: os alunos que perderam o direito à Bolsa de Apoio à Vulnerabilidade Social receberiam R\$ 400 mensais e teriam gratuidade no restaurante universitário até dezembro de 2024.

Além disso, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho para rever casos de pessoas não contempladas com bolsa permanência porque a documentação estava incompleta ou não cumpria condições à época de sua entrada na universidade. As medidas ainda geram resistência.

500 ARMAS

RJ premia policiais por retirarem fuzis das ruas

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O governador Cláudio Castro entregou, ontem, um cheque simbólico no valor de R\$ 2,5 milhões para policiais civis e militares que apreenderam 500 fuzis no estado entre agosto de 2023 e julho deste ano. A iniciativa é parte de uma ação estratégica destinada a incentivar a retirada de armas de alta potência das ruas, consideradas armas de guerra, alinhada com as metas do plano estadual de redução da letalidade policial.

"Quando um criminoso aponta um fuzil para um policial, está ameaçando também a sociedade. Nós não podemos normalizar ter uma arma de guerra no nosso cotidiano", disse o governador, em

cerimônia. O secretário de Segurança Pública, Victor dos Santos disse que mais de 90% das armas apreendidas não são fabricadas no Brasil. "O grande problema da segurança pública no estado do Rio são essas armas nas mãos de criminosos. São essas armas que nossos policiais enfrentam todos os dias nas ruas. É um risco muito grande para o policial, para a família do policial e para toda a sociedade", destacou.

Para Castro, o estado precisa de um trabalho em colaboração com o governo federal e com os municípios. "Precisamos, com urgência, reforçar o policiamento nas fronteiras para impedir que as armas entrem no Brasil".

EUA

238 políticos do Republicano apoiam Kamala Harris

Mais de 200 funcionários de quatro candidatos presidenciais republicanos anteriores endossaram a candidatura da democrata Kamala Harris à presidência dos Estados Unidos, alertando que a ideia de um segundo mandato para o candidato republicano Donald Trump é "simplesmente insustentável" e "prejudicará pessoas reais e comuns".

Em uma carta aberta, divulgada pela primeira vez nesta semana pelo USA Today, 238 pessoas que trabalharam para o ex-presidente George H.W. Bush, o ex-presidente George W. Bush, o ex-senador do Arizona John McCain e o senador do Utah Mitt Romney convocam seus colegas "republicanos moderados e independentes conservadores" para se juntarem a eles no apoio a Harris e seu companheiro de chapa, o governador de Minnesota Tim Walz, em vez de

Trump e sua escolha para vice-presidente, o senador JD Vance, de Ohio.

"É claro que temos muitas divergências ideológicas honestas com a vice-presidente Harris e o governador Walz", escreveram os republicanos, observando a importância de alguns estados de batalha que se mostraram cruciais para a pequena margem de vitória do democrata Joe Biden em 2020. "Isso era de se esperar. A alternativa, no entanto, é simplesmente insustentável."

Os signatários incluem Reed Galen, que atuou nas campanhas de George W. Bush e McCain e que cofundou o grupo anti-Trump The Lincoln Project, e Olivia Troye, ex-funcionária de George W. Bush e conselheira de segurança interna do vice-presidente de Trump, Mike Pence. A gama de empregos representados abrange desde chefe de gabinete até estagiário.

"Mais quatro anos de liderança caótica de Donald Trump", alertam os signatários, "desta vez focados em promover os objetivos perigosos do Projeto 2025, prejudicando pessoas reais e comuns e enfraquecendo nossas instituições sagradas." A carta continua alertando que "movimentos amplos e democráticos serão irreparavelmente comprometidos enquanto Trump e seu ajudante JD Vance se curvam a ditadores como Vladimir Putin enquanto viram as costas para nossos aliados".

Em uma declaração, o porta-voz da campanha de Trump, Steven Cheung, chamou a carta de "hilária porque ninguém sabe quem são essas pessoas". "Eles preferem ver o país queimar do que ver o presidente Trump retornar com sucesso à Casa Branca para tornar a América grande novamente", acrescentou Cheung.

Muitos dos mesmos signatários também emitiram uma carta em 2020 apoiando a candidatura de Biden em vez de Trump.

Atrair apoio do outro lado do corredor político se tornou uma tática para Trump e Harris à medida que o dia da eleição, 5 de novembro, se aproxima. Vários republicanos falaram a favor de Harris na Convenção Nacional Democrata da semana passada em Chicago.

Nos últimos dias, Robert F. Kennedy Jr., que recentemente suspendeu sua candidatura presidencial independente, e a ex-deputada Tulsi Gabbard do Havai, ambos considerados membros marginais do Partido Democrata antes de saírem, apoiaram Trump. Na terça-feira passada, o porta-voz da campanha de Trump, Brian Hughes, disse que Kennedy e Gabbard foram adicionados à equipe de transição Trump-Vance.

ATENTADO

Primeiro manifestante a invadir Capitólio em 2021 é condenado

KATHARINA CRUZ/AE

Michael Sparks, de 47 anos, o primeiro manifestante a invadir o Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, foi condenado na terça-feira passada, a mais de quatro anos de prisão.

Em março, um júri federal considerou Sparks culpado de acusações criminais de obstrução de um processo oficial e de desordem civil, além de várias acusações de contravenção por estar nas dependências do edifício do Capitólio em 6 de janeiro. Na terça-feira, o juiz Timothy J. Kelly, do Tribunal Distrital dos EUA em Washington, o sentenciou a 53 meses de prisão e ordenou que ele pague uma multa de US\$ 2 mil (cerca de R\$ 11 mil). As informações são da BBC.

O ataque ao Capitólio ocorreu quando partidários do então presidente Donald Trump protestavam contra o resultado da eleição presidencial e invadiram o local na tentativa de impedir a certificação oficial do resultado, que apontou o atual presidente, Joe Biden, como o vencedor.

PAVEL DUROV

CEO do Telegram é libertado da custódia e comparecerá ao tribunal em Paris

Promotores franceses libertaram da custódia policial ontem, o CEO do Telegram, Pavel Durov, após quatro dias de interrogatório sobre alegações de que o aplicativo de mensagens está sendo usado para atividades ilegais.

Durov foi detido no sábado no aeroporto de Le Bourget, nos arredores de Paris, como parte de um inquérito judicial aberto no mês

passado envolvendo 12 supostas violações criminais. "Um juiz de instrução encerrou a custódia policial de Pavel Durov e o levará ao tribunal para uma primeira aparição e uma possível acusação", disse um comunicado do escritório do promotor de Paris.

As alegações contra Durov, nascido na Rússia e cidadão francês, incluem que sua plata-

forma está sendo usada para material de abuso sexual de crianças e tráfico de drogas, fraude e cumplicidade em transações do crime organizado, e que o Telegram se recusou a compartilhar informações ou documentos com investigadores quando exigido por lei.

A prisão de Durov na França causou indignação na Rússia,

com alguns funcionários do governo chamando-a de prisão por motivação política e prova do padrão duplo do Ocidente em relação à liberdade de expressão.

Além da Rússia e da França, Durov também é cidadão dos Emirados Árabes Unidos e da ilha caribenha de São Cristóvão e Nevis, o que complica o caso de sua detenção em Paris.

MAR VERMELHO

Houthis bloqueiam esforços para salvar navio

Os esforços para alcançar e ajudar o petroleiro de bandeira grega que continua em chamas no Mar Vermelho foram bloqueados pelos rebeldes Houthis do Iêmen, denunciou o Pentágono na terça-feira passada. O Major-General da Força Aérea Pat Ryder disse aos repórteres que os EUA estão "cientes de uma parte

terceira algum agente independente que tentou enviar dois rebocadores para o navio para ajudar no salvamento, mas eles foram avisados pelos Houthis e ameaçados de serem atacados".

Ele não identificou a "parte terceira", mas disse que as ações dos Houthis demonstram "seu flagrante desrespeito não ape-

nas pela vida humana, mas também pela potencial catástrofe ambiental que isso representa".

Um navio francês destruído resgatado anteriormente a tripulação e o pessoal de segurança do petroleiro.

Ele disse que o Comando Central dos EUA tem monitorado a situação para determinar a

melhor forma de ajudar o Sounion, que está carregado com 150.000 toneladas (136.000 toneladas métricas) de petróleo bruto iraquiano, e mitigar qualquer impacto ambiental.

No momento, porém, não há navios da Marinha dos EUA no Mar Vermelho ou nas proximidades do Golfo de Áden.